

INTERSETORIALIDADE, ATENÇÃO PRIMÁRIA E FORMAÇÃO EM SAÚDE

Lélia Cápua Nunes¹

A partir da reinvenção na permanente (re)construção do conceito de saúde, na direção de uma perspectiva ampliada, e da incorporação da saúde como “direito de todos e dever do Estado” na Constituição Federal do Brasil de 1988, torna-se questionável o exercício ainda presente, apesar dos avanços, de um cuidado orientado por uma prática reducionista e fragmentada, quando este permanece concentrado e contido nos limites do setor saúde.

O princípio doutrinário da integralidade, do Sistema Único de Saúde, enquanto “imagem-objetivo”, que orientou os atores do movimento sanitário, abarca várias leituras e sentidos distintos, sem necessidade de uma definição unívoca, conforme escrito por Rubem Mattos. Assim, podemos refletir sobre a integralidade, enquanto um conceito que transcenda as barreiras supostamente impostas e que seja garantida, por meio do fomento de um diálogo constante e permanente entre as políticas de saúde, assistência social e educação, entre outras, buscando atuar sobre as necessidades sociais para a promoção da saúde. Esse avanço é notado nas revisões de políticas públicas, como a Política Nacional de Promoção da Saúde e a Política Nacional de Atenção Básica. Nesse contexto, é possível ter, na Estratégia Saúde da Família, um locus privilegiado para executar, impulsionar e fortalecer ações pautadas na intersectorialidade, ao considerar sua potencialidade e centralidade na reorientação do modelo de atenção.

Ações intersectoriais, segundo Teixeira e Paim, exigem o “desenvolvimento de um processo de planejamento e programação que consista em um espaço de poder compartilhado e de articulação de interesses, saberes e práticas das diversas organizações envolvidas”. Diante disso, soma-se aos muitos desafios, tais como financiamento, disputas de campos de poder e burocracia, a dificuldade dos profissionais de saúde e gestores de integrarem suas práticas e discursos em prol de um cuidado e atenção integrais.

Uma das frentes de ação de enfrentamento dessa questão seria o incentivo às mudanças e ao fortalecimento de estratégias na formação em saúde, que contemplem um ensino, que construa redes entre as áreas da Saúde e Ciências Sociais, com foco na inserção do estudante no serviço, incentivo a processos ativos e crítico-reflexivos e construção de uma visão mais ampliada do cidadão, da saúde e de seus processos de determinação social.

¹ Nutricionista, mestre em Saúde Coletiva, professora da Faculdade de Medicina - UFJF/Campus Governador Valadares.